

Análise de vídeos do *YouTube* sobre Drogas em articulação com Documentos Curriculares Oficiais

Gabriela de Souza Rabello* e Marcus Vinicius Pereira**

Resumo

Autores defendem que o uso de drogas é intrínseco ao ser humano e afirmam que qualquer política de combate que se baseie na abstinência está fadada ao fracasso. Esse fato, juntamente com o estímulo de uma política não eficaz, culmina no surgimento da Redução de Danos (RD). As drogas passaram a ser uma preocupação escolar quando aumentaram seu alcance e os adolescentes passaram a sofrer com as consequências do uso. Há mais de 20 anos, documentos curriculares nacionais falam sobre o uso de drogas. Todavia, a literatura mostra que professores têm dificuldade de abordar a temática, tanto pela formação limitada quanto pela falta de recursos. Atualmente, ferramentas audiovisuais têm potencialidades no ensino, já que apresentam a linguagem imagética essencial à didática. Entretanto, elas não fazem o trabalho por si só: dependem de professores para escolher, planejar e definir formas de utilização. Neste artigo, temos como objetivo compreender as aproximações e os distanciamentos entre o que é veiculado sobre drogas nos vídeos do YouTube e o que nos dizem os documentos curriculares oficiais. Para isso, analisamos dois vídeos sobre drogas disponíveis no YouTube à luz das perspectivas sobre drogas encontradas nos documentos curriculares oficiais. A partir da análise, identificou-se que os vídeos apresentam abordagem mais próxima aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais, aproximando-se da RD, do que do documento curricular oficial mais atual – a Base Nacional Comum Curricular.

Palavras-chave: audiovisual; drogas; documentos curriculares.

Analysis of YouTube videos about Drugs in connection with Official Curriculum Documents

Abstract

Authors argue that drug use is intrinsic to human beings and claim that any anti-drug policy based on abstinence is doomed to failure. This fact, together with the promotion of an ineffective policy, led to the emergence of Harm Reduction (HR). Drugs became a school concern when their reach increased, and teenagers began to suffer from the consequences of their use. National curriculum documents have been talking about drug use for over 20 years. However, the literature indicates that teachers struggle to address the topic, partly due to limited training and a lack of resources. Currently, audiovisual tools have potential in teaching, as they present the imagery essential to didactics. However, they don't do the job on their own: they depend on teachers to choose, plan, and define ways of using them. In this paper, we aim to understand the alignments and divergences between what is presented about drugs in YouTube videos and what is conveyed by official curriculum documents. To this end, we analyzed two drug-related videos available on YouTube in light of the perspectives on drugs found in official curriculum documents. Based on the analysis, it was identified that the videos present an approach closer to the National Curriculum Parameters - Transversal Themes, aligning more with the HR than with the most current official curriculum document – the National Common Curricular Base.

Keywords: audiovisual; drugs; curriculum documents.

* Mestre em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9727-9615>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5961015597629517>. E-mail: biograbello@gmail.com.

** Doutor em Educação em Ciências e Saúde pela UFRJ, com pós-doutorado na FE-USP. Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) da FAPERJ. Professor titular do IFRJ, onde exerce a função de Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (PROPEC) do IFRJ e do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde (PPGECS) do Instituto NUTES da UFRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8203-7805>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7374980263691850>. E-mail: marvin77@gmail.com.

Análisis de vídeos de YouTube sobre Drogas en articulación con Documentos Curriculares Oficiales

Resumen

Autores sostienen que el consumo de drogas es intrínseco al ser humano y afirman que cualquier política basada en la abstinencia está condenada al fracaso. Este hecho, unido al estímulo de una política ineficaz, culmina con la aparición de la Reducción de Daños (RD). Las drogas se convirtieron en una preocupación escolar cuando su alcance aumentó y los adolescentes empezaron a sufrir las consecuencias de su consumo. Los documentos curriculares nacionales llevan más de 20 años hablando del consumo de drogas. Sin embargo, la bibliografía muestra que a los profesores les resulta difícil abordar el tema, tanto por la escasa formación como por la falta de recursos. Actualmente, las herramientas audiovisuales tienen un potencial en la enseñanza, ya que presentan las imágenes esenciales para la didáctica. Sin embargo, ellas no cumplen su función por sí solas: dependen de los profesores para elegir, planificar y definir las formas de utilizarlas. En este artículo, nuestro objetivo es comprender las aproximaciones y los distanciamientos entre lo que se difunde sobre las drogas en los videos de YouTube y lo que expresan los documentos curriculares oficiales. Para ello, analizamos dos vídeos sobre drogas disponibles en YouTube a la luz de las perspectivas sobre las drogas que se encuentran en los documentos curriculares oficiales. A partir del análisis, se identificó que los vídeos presentan un enfoque más cercano a los Parámetros Curriculares Nacionales - Temas Transversales, aproximándose al RD, que con el documento curricular oficial más actual – la Base Nacional Común Curricular.

Palabras clave: audiovisual; drogas; documentos curriculares.

PROBLEMATIZAÇÃO

Ao discorrer sobre os múltiplos espaços nos quais a linguagem cinematográfica ocupou, Odin (2017) descreve o espaço da comunicação cotidiana: a inserção da linguagem cinematográfica no cotidiano das pessoas e o fator determinante para isso foi a disseminação dos *smartphones*, permitindo a gravação de vídeos em qualquer momento e em qualquer lugar e enviá-los a qualquer pessoa, diferentemente do que ocorria. Ao pontuar que essa mudança é fundamental para as relações, o autor remete à troca que existe entre alunos e professores, ou até mesmo à troca entre os *youtubers* e seus espectadores.

Se a linguagem cinematográfica se insere cada vez mais no cotidiano, seja através dos mais diversos meios de comunicação ou das crescentes mídias sociais, há repercussão no ambiente escolar. Rezende *et al.* (2014) destacam que a inserção do audiovisual na escola enriquece as atividades, contestando a velha pedagogia de se manter distante das mudanças tecnológicas e culturais que se colocam ao longo do tempo. Já Pereira (2013) aponta que todo e qualquer sujeito possui alguma cultura. Por isso, o aluno não é sujeito passivo em nenhuma das esferas de sua vida: nem em casa com seus pais, nem na escola com seus professores. Esse protagonismo, quando transposto ao âmbito audiovisual, quebra o padrão de comunicação unidirecional, já que o repertório do aluno influencia diretamente todas as partes de sua vida.

Arroio e Giordan (2006) propõem que é possível o desenvolvimento desse papel com a exposição aos filmes para que, assim, se desenvolva um pensamento crítico.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Naturais (Brasil, 1998b) colocam os recursos tecnológicos como componentes fundamentais de uma sociedade que passa por transformações. Entretanto, cada indivíduo participa dos processos comunicativos de forma diferente, de acordo com as relações estabelecidas com as novas estruturas e informações, bem como a capacidade de interpretá-las, fazendo com que uma educação voltada às novas necessidades da vida moderna seja reconhecida pelo documento (Brasil, 1998b; Menegon, 2013). Além da apropriação da tecnologia, esse documento oficial traz também, como função da escola, trabalhar o relacionamento de forma seletiva e crítica com as informações, em que a inclusão digital deve colaborar com a transformação de alunos em consumidores críticos e formar indivíduos ativos e criadores de novas formas culturais. Burgess e Green (2009) afirmam que tais formas são produzidas por contextos sociais e históricos específicos.

Nas últimas décadas, a presença da internet e das redes sociais cada vez maior na vida dos jovens fez com que assumissem um papel incontestável na educação, criando um alerta para a necessidade de usá-las como aliadas. O *YouTube* é uma dessas redes, onde se encontram com facilidade vídeos sobre drogas com diversas abordagens. Entretanto, apesar de aliada sob o viés educativo, torna-se perigosa a disseminação de informação sem embasamento. Quando um aluno tem dificuldade na compreensão de algum assunto exposto oralmente, recursos com estímulos visuais e sonoros podem fazer diferença na aprendizagem. Entretanto, observa-se uma reprodução de moldes tradicionais, em que os produtores dos vídeos sequer realizaram consultas na seara pedagógica. É o que Pretto (2013) discorre sobre a inserção de novos recursos não garantir uma nova educação.

As drogas se tornaram um tema presente na área da educação de algumas formas – e sua presença na legislação brasileira contribuiu para isso. Segundo Santos Neto (2016), a escola é alvo de frequentes ações de promoção de saúde (incluindo iniciativas de prevenção). Por isso, neste trabalho propomos também investigar os documentos curriculares oficiais, buscando neles os tópicos que apontem a temática das drogas. Ao analisar os documentos que regem a educação brasileira, pode-se perceber a pouca menção à temática. Vale ressaltar que, dos documentos analisados, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) têm valor normativo e os PCN têm valor consultivo (Brasil, 1998a). A LDB apresenta

uma única menção às drogas, quando define as incumbências dos estabelecimentos de ensino, no sentido de promover uma escola segura, prevenindo e enfrentando o uso e a dependência de drogas (Brasil, 1996). Os PCN, por sua vez, são um conjunto de documentos que surgiu para promover o debate entre professores e, embora date de quase 30 anos, sua análise é importante para propor um contraponto em relação aos documentos atuais, no sentido de compreender o que era dito e o que foi acrescentado (ou decrescido) no discurso. No documento de Ciências Naturais para o terceiro e quarto ciclo (6º ao 9º ano), por exemplo (Brasil, 1998b), as drogas aparecem no conteúdo “Ser humano e Saúde”, ao tratar do manejo de sentimentos, bons ou ruins, facilitando a tomada de decisões conscientes relacionadas a comportamentos de risco. A correlação do sistema nervoso também é feita ao apontar tais comportamentos. Por fim, há o reconhecimento das relações entre nutrição, regulação e reprodução no organismo humano, tanto no funcionamento basal nessas situações de risco (drogas, sexo sem preservativos, violência, má alimentação e automedicação).

Os PCN Temas Transversais do ensino fundamental têm quatro versões. Na versão Saúde, o documento aborda que, além de questões de saúde e nutrição, a escola passou a lidar com questões biopsicossociais, dentre as quais estão as drogas, apontando a prevenção de riscos e a demanda social. O texto aponta que os gastos com a guerra às drogas e a repressão não produzem efeitos efetivos além de aumentar os casos policiais. Pontua que as drogas são um fenômeno fruto da vida em sociedade e que, como todas as mercadorias, possuem regras financeiras e comerciais e uma posição própria no modo de organização social (Brasil, 1998a). O reconhecimento, em documento oficial elaborado há cerca de vinte e cinco anos, de que o uso de substâncias psicoativas acompanha a humanidade desde tempos remotos revela-se significativo. Tal constatação demonstra que, ao menos em alguma instância, havia a compreensão de que a problemática das drogas não poderia ser adequadamente enfrentada pelos meios tradicionais até então adotados. O documento também alerta a necessidade de diferenciar as drogas, já que as substâncias que alteram a sensibilidade do cérebro são diferentes em relação ao risco, aos efeitos e à possibilidade de dependência e à aceitação legal e cultural, configurando diferentes situações de risco. Assim, o documento propõe que, nesses casos, o discurso “não às drogas” pode se tornar vazio ao não levar em consideração as percepções sociais do fenômeno (Brasil, 1998a). Em seguida, o tópico “vida coletiva” determina

que sejam trabalhados temas referentes à relação entre organização sociopolítica e saúde coletiva. É colocado como uma possibilidade de trabalho da prevenção dos riscos a correlação entre consumo de álcool/acidentes de trânsito e drogas injetáveis/vulnerabilidade à Aids. O documento também pondera que a questão não está relacionada com a marginalidade, reconhecendo que, por vezes, o uso se dá por proporcionar um momento de relaxamento ou como uma forma de escape para problemas de convivência ou sem solução.

Por fim, os PCN+ (Brasil, 2002) apresentam seis temas estruturadores. Um deles é “qualidade de vida das populações humanas” (tema dois). Nele, há unidades temáticas como o que é saúde, distribuição desigual da saúde pelas populações, as agressões às saúdes das populações e saúde ambiental – que não aborda nada sobre a temática das drogas, apesar do potencial. Diversos temas presentes nos PCN caem no esquecimento com a publicação da BNCC (Brasil, 2017). Na análise do documento referente ao ensino fundamental, houve uma única menção à temática no sexto ano, na unidade temática de ‘Vida e Evolução’. Entretanto, o foco não é a explicação das substâncias nem seu contexto no mundo, mas explicar a interação entre os sistemas locomotor e nervoso e como o sistema nervoso pode ser afetado por substâncias psicoativas. A temática não está presente no documento do ensino médio (Brasil, 2017). Em relação às drogas, a importância de trabalhar a temática é, além de trazer informações verdadeiras, apresentar elucidação social sobre como as relações acerca dessas substâncias movem a sociedade. As políticas de caráter proibicionista fundamentam-se na proibição do uso de determinadas substâncias e na penalização de seus usuários, desconsiderando tanto o contexto histórico de seu consumo quanto as múltiplas dimensões sociais envolvidas nesse processo. Em contraposição, o movimento antiproibicionista sustenta os princípios da Redução de Danos (RD), compreendida como um conjunto de políticas e práticas voltadas à mitigação dos prejuízos associados ao uso de substâncias psicoativas por indivíduos que não conseguem ou não desejam interromper seu consumo.

O retrocesso observado na BNCC em relação aos PCN resulta da minimização dos conteúdos e do esvaziamento dos debates referentes aos temas excluídos. No caso das drogas, o discurso fica restrito a reações fisiológicas. A BNCC já havia sido reconhecida como dispersora de um ensino tecnicista, que se “distancia de um projeto educativo que vise a uma formação crítica e emancipatória, ao formar para o trabalho segundo as demandas neoliberais” (Filipe; Silva; Costa, 2021, p. 1). Assim, não é capaz de reger um currículo que supere o modelo

proibicionista, já que os sujeitos-alvo dessa educação são considerados produtos que servem ao capital, sem desenvolver habilidades múltiplas (Silva, 2018; Lessmann, 2020).

O termo drogas se refere, popularmente, a substâncias ilícitas, embora haja substâncias lícitas que causem mudanças no comportamento e/ou percepção da realidade. Contudo, além do senso comum, as interações geradas pelas drogas precisam ser mantidas em perspectiva, pois os povos tradicionais se relacionavam com as substâncias psicoativas em rituais religiosos e comemorações festivas. Mesmo utilizadas em diferentes cenários por esses povos, essas substâncias foram, ao longo dos anos, associadas a contextos controversos por influência de aspectos políticos e sociais (Souza; Calvete, 2017). Com a chegada dos europeus às Américas, a folha de coca passou de substância sagrada a moeda de troca. As Cruzadas permitiram o contato dos europeus com diversas especiarias, inclusive algumas substâncias psicoativas, que influenciaram a descoberta de novos continentes. A partir daí os europeus desbravaram os mares para levar as drogas para a Europa. A América e o Oriente compuseram o mundo moderno com o papel de fornecer riquezas vegetais e na empreitada de colonização, que tinha como objetivo regulamentar o consumo das plantas. Exemplo disso foi o tabaco, traficado pelos jesuítas (Acsehrad, 2015).

No Brasil, as plantas do gênero *Cannabis* foram trazidas pelos povos escravizados e foram alvo de proibição no século XX. Em dado momento, a maconha e seus usuários passaram a ser criminalizados de forma que a elite debatia formas de controle para os subalternos. Tudo isso decorrente de características fenotípicas dos fumantes, que eram, em sua maioria, escravizados. Por isso, é indispensável ressaltar que o controle adquirido pela circulação desses produtos ao longo do tempo está diretamente relacionado com interesses econômicos, políticos, culturais e, acima de tudo, morais (Carlini 2006; Lessmann, 2020). Dessa forma, não se pode dissociar a estrutura social na qual o Brasil foi construído da economia que gira em torno do comércio de drogas – nem do sistema político vigente. Assim, a construção do histórico comercial de substâncias consideradas valiosas desde a Antiguidade fez com que, cada vez mais, se evidenciassem as fronteiras entre as camadas sociais. Além disso, o proibicionismo, segundo Carneiro (2018), aumenta o papel das drogas na economia, bem como intensifica a violência (já que favorece o mercado paralelo).

A guerra às drogas, na atualidade, é influenciada por antigos conflitos relacionados a essas substâncias, e políticas públicas que instauraram a proibição do uso. Com políticas fundamentadas na abstinência, o proibicionismo no contexto estadunidense provocou um encarceramento em massa de jovens negros, enquanto, no Brasil, o argumento de combate às drogas tem servido para extermínio de populações marginalizadas há décadas (Preussler, 2018). Nesse cenário, destaca-se a RD, focada em diminuir a vulnerabilidade responsável por tornar os jovens mais propensos ao uso nocivo de drogas em vez de decidir, pelos outros, quais comportamentos devem ou não ter. Partindo desse princípio, preserva-se a liberdade do indivíduo e, ainda, a hegemonia das metodologias baseadas na abstinência é questionada como única política preventiva (Machado; Boarini, 2013). Assim, neste artigo, temos como objetivo compreender as aproximações e os distanciamentos entre o que é veiculado sobre drogas nos vídeos do YouTube e o que nos dizem os documentos curriculares oficiais.

BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para que pudesse haver compreensão da mensagem fílmica e cumprir o objetivo deste trabalho, a base teórica foi elaborada a partir das relações cíclicas de produção e recepção de mensagens, da noção de endereçamento audiovisual e do mecanismo de análise fílmica para que, ao destrinchar um vídeo, pudéssemos compreendê-lo. Na comunicação, a codificação consiste na disposição de informações de uma forma mais palatável para a sua transmissão. O conceito antônimo, a decodificação, indica o processo de interpretação dessas informações pelos espectadores. Esse modelo abriu espaço para uma nova vertente na pesquisa sobre recepção audiovisual, que desafia a ideologia dominante. Porto (2003) coloca as disputas ideológicas tratando o receptor como participante ativo na interpretação do conteúdo midiático. Dessa forma, os significados podem ser ressignificados. Como o consumo midiático é uma prática que produz sentido, que pode ser aceita, negociada ou rejeitada, produtos denominados ‘de massa’, ‘de consumo alienado’, podem ter seu sentido ressignificado (Hall, 2003).

O termo ‘modo de endereçamento’ refere-se aos estudos do cinema para lidar com questões referentes ao social e ao individual, no que tange a experiência, interpretação e emoções despertadas no espectador. Esse conceito se personifica quando o espectador se relaciona de forma particular com a obra, quando a obra funciona para essa pessoa. Para isso,

a produção midiática possui uma intenção por parte do produtor, para a qual a mensagem é codificada, chamada por Hall (2003) de significado preferencial. Para diminuir a margem de erro entre o significado preferencial e a ressignificação do público, recorre-se a decisões conscientes para atingir o objetivo, modulando a interpretação do receptor em prol de uma finalidade. No âmbito da educação, o aluno é posto no local de espectador e os vídeos são facilitadores no processo de aprendizagem. Mesmo que recursos audiovisuais possam ser aceitos por parte do espectador, abarcados pela codificação da obra, podem ser parcialmente rejeitados, já que o aluno recebe tais informações em contextos culturais e socioeconômicos específicos, podendo não funcionar para os objetivos curriculares (Rezende Filho *et al.*, 2015).

A partir dessas decisões técnicas e estéticas tomadas para atingir determinado público e estabelecer um diálogo com a recepção, a investigação do endereçamento, neste trabalho, aponta se o público-alvo dos vídeos analisados corresponde a estudantes. Para isso, a análise do texto contido no vídeo faz-se necessária. De acordo com Vanoye e Goliot-Lété (2016), a análise de um filme se dá com um exame técnico, com sua decomposição em pequenas frações. Tal decomposição constitui uma etapa obrigatória do processo: a desconstrução, que é análoga à descrição do vídeo. A segunda etapa é a reconstrução, a partir da qual a interpretação do analista é utilizada para compor o processo. Apesar da desconstrução ser necessária à análise, segundo Aumont e Marie (2010), não há uma metodologia universal de analisar filmes. Todos os componentes do filme constituirão fontes de sentido para o analista. Assim, a etapa de reconstrução apontada por Vanoye e Goliot-Lété (2016) será orientada pelos objetivos do analista. De modo a formular esta reconstrução, Guimarães (2010) aponta duas possibilidades que compõem a interpretação a partir da qual a análise é realizada: os olhares interno e externo podem revelar referências explícitas e implícitas a partir da própria obra ou de ferramentas advindas da bagagem do analista. O primeiro, o olhar interno, se ocupa de utilizar os recursos da própria obra para a análise, focando em todos os seus elementos de composição. O olhar externo, por sua vez, procura trazer sentido para o que está sendo assistido a partir de aparatos de outras áreas do conhecimento, análogas ao conteúdo do filme ou à formação de quem o analisa. O olhar externo, embora enriqueça a análise por elucidar inúmeras questões que chegam à população através do cinema, não é, por si só, capaz de somar ao conhecimento cinematográfico.

Lançado há 19 anos, o *YouTube* se tornou instrumento fundamental da cultura contemporânea, tendo como característica principal ser uma biblioteca de material audiovisual, responsável pela difusão de diversos conteúdos. Independentemente do objetivo primordial de facilitar a veiculação dos vídeos e a troca de conteúdos entre usuários, seu uso foi modificado de acordo com as demandas sociais (Burgess; Green, 2009). Cavalcante Filho e Torga (2011) refletem sobre a compreensão da língua como discurso, que não se pode desvincular dos seus falantes, dos atos e das esferas sociais que os norteiam. Dessa forma, a estética da obra é escolhida para corroborar cada um desses vieses discursados – as decisões conscientes já mencionadas.

RESULTADOS

Este trabalho é fruto da dissertação da primeira autora, que analisou seis vídeos após uma busca geral no *YouTube* sobre maconha, cocaína, redução de danos, proibicionismo e legalização. Para chegar a eles, aplicou-se o filtro da própria plataforma, selecionando os vídeos com maior número de visualizações em vez dos vídeos mais populares que o algoritmo elenca primeiro, além de selecionar a fração de tempo analisada. A segunda filtragem eliminou vídeos musicais e de humor, em duplicidade, em língua estrangeira e com tempo abaixo da mediana para delimitar o tempo mínimo de análise. Obteve-se, então, 28 vídeos, número alto para o desenvolvimento do trabalho. Por isso, uma terceira filtragem excluiu vídeos com menos de mil visualizações, bem como os de cunho tutorial (do tipo ‘como bolar seu baseado’). Por fim, restaram os seis vídeos analisados na dissertação, dos quais dois apresentaram características correspondentes ao uso em sala de aula. Esses são os vídeos que serão abordados neste artigo. Houve preocupação com relação ao algoritmo, que poderia entregar vídeos diferentes de acordo com o *login* e com diferentes computadores. Porém, não houve diferença significativa nos dez primeiros vídeos entregues de acordo com os filtros aplicados ao realizar a busca a partir de diferentes contas de usuários e por meio de janela anônima.

Vídeo 1

O primeiro vídeo intitula-se “A maconha e os motivos de ser proibida no Brasil”, do canal Fatos Desconhecidos. Publicado em 2022, possui mais de um milhão de visualizações, cem mil curtidas e tem duração de 13 minutos e 37 segundos. O apresentador se encontra sentado em uma mesa com livros fechados e empilhados, um livro aberto, duas estátuas

pequenas e uma caneca com a logomarca do canal Fatos Desconhecidos. Os livros, a mesa e a caneca trazem um ar sério e intelectual ao ambiente, de forma a dar credibilidade acadêmica ao que for falado pelo apresentador. O fundo do cenário é todo preto, melancólico, porém traz neutralidade ao ambiente. A sensação sombria proporcionada pela escuridão do cenário é, em parte, combatida pelo tom sereno da voz do apresentador. Ao deixar nítido que o vídeo não possui a intenção de fazer apologia a nenhuma substância ilícita, a câmera dá *zoom* no rosto do apresentador e ele diz “Nosso intuito é sempre trazer informação, seja de interesse histórico, como este, seja apenas entreter”.

O vídeo é praticamente todo formado por imagens ilustrativas, revezando-as poucas vezes com a imagem do apresentador. As imagens ilustrativas são utilizadas em movimento que mantém a fluidez e a dinamicidade – o que não ocorreria se somente fossem usadas imagens estáticas. Tal dinamicidade evita uma obra entediante, na qual só apareça o rosto do narrador falando por muitos minutos seguidos – o que aumenta a chance de perda de atenção por parte do espectador. A alternância entre as imagens do narrador no cenário e as imagens ilustrativas reforça essa dinâmica, conectando a fala do narrador ao que está sendo mostrado.

O vídeo inicia-se com um pequeno *tour* histórico para mostrar os passos da planta desde a Antiguidade até a atualidade. No início da narração, muitas imagens em preto e branco foram utilizadas, remetendo aos tempos em que não havia imagens coloridas. Imagens com cores fortes remetem à alteração da consciência ao mencionar que a substância era utilizada para entrar em contato com a divindade. Tal representação faz alusão a visões distorcidas da realidade com o uso de drogas. Embora o intuito seja ilustrar a situação, acaba por trazer uma generalização duvidosa, visto que todas as substâncias atuam da mesma forma. A obra segue até o fim realizando esse misto de imagens do narrador e cenas que ilustram sua fala. Entretanto, algumas das escolhas podem se conectar a situações que, de certa forma, ainda residem no presente. Em momentos ao longo do vídeo, fala-se do uso recreativo da maconha – e na maioria deles as imagens concomitantes à fala são de pessoas brancas. Por outro lado, ao apontar que o porte e o uso ainda são crimes, aparece a imagem de pessoas negras fumando e algemadas. Não se sabe se tal retratação foi proposital, já que em outros momentos o narrador fala sobre as desigualdades que tangem o assunto. Todavia, isso mostra um estereótipo enraizado na população, reforçando o racismo estrutural.

A utilização da imagem de uma bíblia aberta e uma fechada representa a fala do apresentador sobre uma bíblia que foi impressa em papel de cânhamo. Embora o cânhamo não tenha um grande potencial psicoativo, é difícil passar despercebida a ironia entre uma bíblia que tem essa planta como constituinte e a participação da igreja em discursos proibicionistas. Outra cena interessante de ser analisada é quando a fala no vídeo conta sobre a proibição do uso da planta até em remédios convencionais, uma vez que as bruxas utilizavam cânhamo em suas receitas. Imagens de uma mulher de tranças mexendo com plantas e misturando-as são utilizadas, seguidas de um trecho do filme *The Pale Door* (A porta pálida – tradução nossa – filme estadunidense de faroeste e terror, de longa metragem, lançado em 2020, mas não no Brasil), que mostra uma bruxa sedo queimada.

O resgate da perseguição sofrida pelas bruxas, de certa forma, representa um comportamento atual, embora não seja comum encontrar mulheres que se intitulam bruxas. A forma com que a sociedade encara o desconhecido no que tange à religião, à sexualidade e aos grupos ‘minoritários’ é análoga à forma com que a misticidade das bruxas era vista pelos ‘detentores da razão, da moral e dos bons costumes’ no passado. Da mesma forma, tal mecanismo de julgamento se vê paralelo ao ‘fazer justiça com as próprias mãos’, advindo da superestima da própria opinião em função de questões políticas e ideológicas por parte dos ‘detentores da razão, da moral e dos bons costumes’ da atualidade.

Em determinado momento, fotos de um castelo são expostas para representar os tempos da *Belle Époque* francesa, época na qual a maconha era utilizada em diversos cenários farmacológicos. O período foi marcado pelo grande desenvolvimento tecnológico e a planta foi muito explorada na indústria enquanto havia benefícios, sem motivo de preconceito. Essa lógica prevalece na atualidade, exceto para a legalização das drogas. Inúmeras substâncias são exploradas pelas indústrias das mais diversas áreas para fins de lucro, porém, mesmo com dados de vantagem econômica fruto da legalização, o preconceito, nesse cenário, ainda impera.

Como o vídeo se propõe a fazer uma viagem na história da maconha, diversos cenários históricos são apresentados. Um deles se passa na Liga das Nações, em que um brasileiro, após defender o uso da maconha no ano anterior, passa, no ano seguinte, a condená-la. Uma foto de uma mão branca escrito *racismo* em preto aparece no momento dessa narração. Tal imagem mostra que o racismo é praticado pelas ‘mãos’ de pessoas brancas, indicando o motivo da postura do brasileiro na reunião. Assim, pode-se relacionar a mudança de

posicionamento do brasileiro com o preconceito devido à difusão da planta entre as classes mais baixas. O aparecimento das imagens é de curtíssima duração – por vezes não dura nem um segundo. Cada plano, cada imagem e *zoom* da câmera estão sincronizados com a fala do apresentador, de modo a representá-la. Esse mecanismo torna o vídeo dinâmico e fluido, ao passo que ainda deixa presente a imagem do narrador, mesmo que esporadicamente.

Nesse sentido é possível inferir que o significado preferencial é trazer um histórico e elucidar sobre a droga, revelando os diferentes papéis que a substância ocupou frente ao que ocupa hoje. Apesar do título do vídeo se propor a apontar os motivos da droga ser proibida no Brasil, ele não entrega diretamente esse resultado, com uma enumeração de argumentos, por exemplo. Ao contar a história e perceber nuances na fala do narrador, pode-se, indiretamente, compreender os motivos que levaram à proibição. Além disso, também é permitido inferir que o vídeo é endereçado ao público jovem, já que os objetos na mesa do narrador, bem como o cenário, remetem ao ambiente escolar. O formato de intercalação de cenas do narrador com imagens que representam sua fala também se mostra adequado ao ambiente escolar, já que favorece a captura da atenção do espectador. Com diferentes informações surgindo o tempo todo na tela, é mais provável que os jovens não se distraiam com tanta facilidade.

Vídeo 2

O segundo vídeo intitula-se “Como a cocaína reage no corpo humano? – Que Droga é essa? #06”, do canal Justificando. Publicado em 2019, o vídeo possui mais de 600 mil visualizações, 25 mil curtidas e duração de 19 minutos e 8 segundos. O vídeo é narrado pelo psicólogo Gabriel Pedroza e faz parte de uma série de vídeos que aborda outras drogas – o quadro “Que droga é essa?”. A estética da obra traz cores muito fortes, que remetem ao psicodélico, às “viagens da mente” durante o efeito de uma substância psicoativa. O painel de abertura do quadro representa essa coloração juntamente com elementos (em movimento) que remetem ao tema: um aerossol sendo espirrado, uma seringa em movimentos de vai-e-vem, uma folha da planta da maconha, etc. Tudo isso com uma música instrumental de fundo, como de programas de entrevistas que têm banda com bateria e instrumentos de sopro bastante marcados para abrir e fechar os quadros e intervalos comerciais. Sucedendo à imagem de abertura, um aviso em fundo preto e letras vermelhas e amarelas informa que tal conteúdo se destina à educação sobre

drogas e redução de danos do usuário, revelando o significado preferencial por parte da produção (que retomaremos ao final dessa análise).

Dado o aviso que respalda o canal de qualquer tipo de “incitação ao uso”, o narrador aparece diante de um fundo verde de gravação, que permite à edição modificar o fundo de acordo com a necessidade. Ao longo do vídeo, entretanto, o fundo só varia quanto à cor, mas sempre dentro do espectro das “cores psicodélicas” (tons neon e fortes). Conforme as falas do narrador vão acontecendo, imagens acessórias são colocadas na tela para ilustrar o que é dito. Ao iniciar mencionando o nome da planta, aparecem imagens dela na tela, adicionadas pela edição. Essa representação dissocia, por um momento, a cocaína da imagem do pó, e assim seus outros usos são abordados. Durante a narração, ao apontar que depois de dois séculos da popularização da folha houve o isolamento de moléculas da planta, existe uma preocupação da produção com termos químicos trazidos que podem não ser de conhecimento comum.

Ao longo da história, produtos que tinham a folha de coca na fórmula se tornaram muito populares, como um vinho consumido pelo papa e pela rainha da época. O narrador traça um paralelo com as bebidas alcoólicas da atualidade, cujas propagandas usam sempre uma figura famosa para promover seu consumo (imagens do Ronaldo Fenômeno e da Sandy em comerciais de cerveja aparecem para respaldá-lo). Embora tal ‘atualidade’ seja de cinco anos atrás, na atualidade de 2025 essa estratégia tem sido usada não só para o consumo de substâncias como o álcool, mas para transações perigosas: cada dia aumenta o número de pessoas famosas, como Neymar e Jojô Toddynho, e até *influencers* menores, fazendo propaganda de jogos de aposta. A obra segue trazendo que os primórdios da proibição dessa substância se deram no início do século XX, nos Estados Unidos. É interessante observar que, ao longo da história, os Estados Unidos se tornaram não apenas uma potência econômica, mas um modelo a ser seguido em diversas instâncias (provavelmente um em consequência do outro). Não à toa, no início do século XX, foi promulgada a Lei Seca no país, considerada um dos eventos mais marcantes na história do proibicionismo e que foi seguida por diversos países.

Também derivado da folha de coca, o crack passa a ser utilizado com maior frequência no fim do século XX nos grandes centros americanos, associado à pobreza por ser uma alternativa de preparo mais barata, com uso crescente em comunidades e moradores de rua. O narrador explica quimicamente a preparação do crack e do pó para fins de diferenciação do valor. É quando Gabriel Pedroza aponta as alterações que o pó pode sofrer – das quais outras

substâncias também podem ser alvo. Isso reflete como as diferentes camadas sociais têm diferentes acessos aos produtos.

Essa acessibilidade dentro do mundo das drogas se reflete em todas as camadas da sociedade, como, por exemplo, a da saúde alimentar. Nessa lógica, por mais que as pessoas em situação escancarada de vício sejam as de baixa renda e moradores de rua, os usuários de alta renda existem em grande quantidade, não sendo difícil achar relatos de Vera Fischer, Fábio Assunção e até Elon Musk sobre suas experiências com a cocaína. A sequência da fala de Gabriel Pedroza passa a se relacionar intimamente com a essência da RD, já que até então suas ponderações haviam sido essencialmente informativas. Ao apontar que o local de atuação da substância pode ser estimulado por diversas outras atividades prazerosas, o psicólogo aponta que nenhum uso problemático pode ser avaliado isoladamente – o contexto de uso e rotina do usuário precisam ser levados em consideração.

Por fim, ele menciona diretamente a RD ao indicar algumas práticas. A profissão do narrador favorece a transmissão de mensagens como essa, embora não seja pré-requisito ser da área da saúde para defender a RD. Antes do psicólogo se despedir e encerrar o vídeo, aparece o recorte de um vídeo do rapper Snoop Dogg com dois sacos cheios – aparentemente de maconha, droga que não é a substância alvo da discussão no vídeo – nas mãos, dançando feliz. A intenção parece ter sido de finalizar o vídeo de forma descontraída e divertida, com uma pessoa que sempre falou abertamente sobre o tema. Mas há uma estigmatização de um tipo de usuário que já havia sido feita anteriormente, em outra cena do vídeo. Mesmo que o cantor, produtor e ator seja reconhecidamente usuário de drogas e até já tenha sido preso pelo porte de cocaína, a escolha de sua imagem reforça padrões que levantados previamente. Nesse sentido, embora o título do vídeo demonstre que ele se propõe a explicar como a droga reage no corpo, seu conteúdo permite inferir que o significado preferencial é muito maior que esse. Ao assistir à obra, sugere-se que ela tenha por intenção também sensibilizar quanto à RD com argumentos aprofundados. Ao complementar/justificar as questões sociais que a RD usa como argumento com fundamentos químicos e fisiológicos, é mais provável que haja um entendimento da questão ao invés do julgamento de ‘ter pena de *drogado*’. Isso também permite inferir que o vídeo é endereçado a qualquer pessoa com interesse na temática, tanto leigos quanto quem já tem

algum conhecimento prévio, já que muitas das informações trazidas pelo narrador não são do senso comum.

DISCUSSÃO

A análise fílmica dos vídeos e a revisão dos documentos curriculares oficiais foram relacionadas a fim de produzir os resultados desta pesquisa, que discutiremos nesta seção. Desta forma, foi possível identificar aproximações e os distanciamentos entre o que é veiculado sobre drogas nos vídeos do YouTube e o que nos dizem os documentos curriculares oficiais. Como se pôde observar, embora cada documento aborde a temática de uma forma, a maioria dos que a mencionam convergem para a prevenção ao uso (podendo ter a ideia de combate em paralelo).

A LDB se coloca prontamente a par do proibicionismo, enquanto a BNCC se abstém do quesito prevenção. A única menção às drogas encontrada na LDB representa uma incumbência dos estabelecimentos de ensino, cuja inserção no décimo segundo artigo da lei se deu por meio de uma lei mais recente (Lei nº 13.840, de 2019). Assim, não causa espanto que a BNCC possua cunho acrítico e conteúdo estritamente fisiológico, já que, apesar de não ser lei, é o documento que rege o currículo. É nítido que a temática se faz mais facilmente presente em documentos de ordem consultiva, norteadores de discussões, do que em documentos normativos. Dessa forma, isenta-se da responsabilidade de capacitar profissionais para lidar com o tema.

Já os PCN do ensino fundamental, embora tratem a temática com humanidade e compreendam as possíveis vulnerabilidades dos estudantes, ainda mencionam a “prevenção ao uso”, afastando-se da RD. De forma não totalmente oposta, mas complementar, o documento referente aos Temas Transversais trata a prevenção de uma forma diferente, “com o cuidado de não associar a prevenção à ideia de que se deve evitar a qualquer risco” (p. 281), aproximando-se da proposta da RD.

Embora haja menção sobre o tema no documento referente ao ensino fundamental, ele é muito mais desenvolvido no documento referente aos temas transversais. Não deve causar surpresa que tal documento seja mais vasto, já que os Temas Transversais devem ser abrangentes em relação aos conteúdos. Na apresentação dos Temas Transversais, todas as áreas do currículo contemplam algum ensinamento desses temas, mas as disciplinas não

conseguem, isoladamente, explicá-los devido a sua complexidade (Brasil, 1998). Seria de se esperar que nos documentos referentes ao ensino médio e nos PCN+ houvesse a manutenção de uma linha de raciocínio sobre o tópico, entretanto, isso não ocorreu: não há uma continuidade do assunto entre os níveis de ensino.

Visando relacionar os vídeos analisados com os documentos curriculares oficiais, as análises compõem o cruzamento de dados com as perspectivas relacionadas às drogas observadas nos documentos. Nenhum documento traz em si a proposição de “informar sobre as drogas”; alguns se baseiam especificamente na informação sobre o risco, outros na informação fisiológica e outros, ao propor uma compreensão integral da questão, subentende-se que sejam necessários outros tipos de informação.

O vídeo 1 converge com o que é trazido pelos PCN Temas Transversais. A intencionalidade dos produtores de trazer um histórico da substância e elucidação sobre a droga conversa com a fala do narrador “sempre trazer informação”. Os relatos históricos abordados sobre a *Cannabis*, sobre sua relação com a religião e a filosofia budista, remetem diretamente ao que está descrito no documento como “um fenômeno moderno produto da vida em sociedade” e “não ser algo novo para a humanidade”, corroborado pela representação na indústria têxtil, farmacologia, papel e cordas das embarcações. A única menção à diferença de níveis de alteração de consciência no vídeo foi ao distinguir os níveis de THC das plantas macho e fêmea. Entretanto, houve apenas uma citação sobre isso, sem desenvolvimento do tópico para classificar o vídeo como abordagem ao sistema nervoso e às sinapses nervosas e relacioná-lo com os PCN – Ciências Naturais. A opção da interposição de imagens no vídeo 1 traz dinamicidade e ilustra, de forma positiva para o resultado do vídeo, o que o locutor fala. Ele assume uma postura neutra de suposto “mero transmissor de informações”, embora seja possível perceber nuances de sua opinião em alguns momentos. Embora o vídeo não denote posição nem proibicionista nem antiproibicionista, o formato do roteiro mostra explicações inerentes à compreensão da RD. Pode ser que tenha havido a intenção de introduzir a essência do assunto sem atingir as questões polêmicas referentes à RD, com relação às quais ela é acusada de “estimular o uso”. Ou então a tentativa da neutralidade e/ou fuga da polêmica tenha surtido efeito no que diz respeito à perspectiva de tratamento das drogas no vídeo. O cenário, juntamente com a missão de transmitir informação, também denota um aspecto escolar (da

educação tradicional) no vídeo, mostrando o endereçamento ao público escolar. A neutralidade do locutor na maior parte do tempo reforça um argumento para isso, já que o professor tem que correr cada vez menos riscos de parcialidade.

O segundo vídeo analisado é o mais completo em termos de uma possível utilização em sala de aula por se aproximar de dois documentos: a BNCC e o PCN Temas Transversais. Dado o significado preferencial, há tanto explicações fisiológicas sobre a atuação das substâncias que são abordadas (defendidas pela BNCC), quanto o desenvolvimento de argumentos a favor da RD (o que aproxima dos PCN Temas Transversais). A BNCC aponta a explicação sobre como as drogas podem afetar os sistemas locomotor e nervoso, mas deixa essa explicação em aberto. O que é colocado são explicações fisiológicas referentes ao funcionamento do corpo e dos sistemas após o uso das diferentes formas da droga, além de explicações químicas que podem afetar seu funcionamento. Como o documento não especifica quais tipos de explicações cabem no currículo, associamos o desempenho da obra com a ponderação trazida na BNCC. Cabe ressaltar, entretanto, que o documento só menciona a temática do sexto ano do ensino fundamental, e o vídeo é muito conteudista para essa faixa etária. Então, embora se encaixe na redação do documento, a obra será mais bem utilizada em séries mais avançadas ou no ensino médio.

Os apontamentos feitos pelo psicólogo conversam com a prática da RD, desde a informação histórica do uso da planta e seus derivados, até a conclusão de que a guerra às drogas não produz resultados – pontos abordados nos PCN Temas Transversais. A diferenciação de substâncias como a cocaína em pó e o crack, tanto na explicação química da produção quanto na explicação dos efeitos de cada uma no corpo, conversa sobre o que o documento traz no sentido de não tratar as drogas como se fossem todas iguais. Nesse sentido, o endereçamento a pessoas próximas ao tema pode indicar uso em sala de aula. Mesmo que nesse ambiente nem todas as pessoas se proponham a dialogar abertamente sobre o tema, de acordo com a condução do professor, se a ideia for trazer o máximo de informações possível a um debate, o vídeo 2 é uma boa opção para estimular o questionamento do *status quo*, já que não apresenta argumentos rasos. A linguagem é clara, ainda que alguns nomes químicos não sejam de comum conhecimento, e a entonação do locutor é calma, fazendo com que a linha de raciocínio seja conduzida apenas pela argumentação, sem sofrer influência de alterações do seu tom de voz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de material audiovisual permite decifrar sua produção. Dada a importância do audiovisual na educação, pode-se desvelar seu possível uso de acordo com os documentos curriculares oficiais. É importante que o professor, cada vez mais exposto a comentários inoportunos sobre os conteúdos com os quais trabalha – mesmo estando dentro do currículo –, tenha cuidado ao selecionar materiais para ser usados, de modo que eles também estejam em consonância com o que dizem as diretrizes.

Dentre os documentos curriculares oficiais, o que apresentou o conteúdo mais próximo do que defende a RD foram os PCN Temas Transversais – Saúde, relacionados com os dois vídeos analisados. Esse documento, por sua vez, data de mais de vinte anos, mostrando que o cenário de urgência não mudou. A falta de atualização dos documentos que regem a educação na atualidade advém de princípios morais que não consideram todas as realidades sociais do país e invadem a política para fazer de tais crenças, leis. Assim, observa-se uma documentação que, mesmo com data recente, é ultrapassada e não abarca todas as demandas da educação (nem da sociedade). Por isso, a maior presença da RD nos vídeos analisados neste trabalho representa a urgência deste assunto ser difundido e debatido cada vez mais.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Gilberta. **Quem tem medo de falar sobre drogas? Falar mais para se proteger**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- ARROIO, Agnaldo; GIORDAN, Marcelo. O vídeo educativo: aspectos da organização do ensino. **Química Nova na Escola**, n. 24, 2006.
- AUMONT, Jaques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. Lisboa: Texto e Grafia, 2010.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 2º de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.
- BRASIL. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+)**. Ciências da Natureza e Matemática e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2002.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais - Saúde**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998a.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Ciências Naturais**. Brasília: MEC, 1998b.

- BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a Revolução Digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.
- CARLINI, Elisaldo Araújo. **A história da maconha no Brasil**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 55, n. 4, p. 314-317, 2006.
- CARNEIRO, Henrique. **Drogas – a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- CAVALCANTE FILHO, Urbano; TORGA, Vânia Lúcia Menezes. Língua, Discurso, Texto, Dialogismo e Sujeito: compreendendo os gêneros discursivos na concepção dialógica, sócio-histórica e ideológica da língua(gem). In: I Congresso Nacional de Estudos Linguísticos (CONEL). **Anais...** Vitória: UFES, 2011.
- ELLSWORTH, Elizabeth. Modo de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: ELLSWORTH, Elizabeth. *et al.* (Org.). **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FILIPPE, Fabiana Alvarenga; SILVA, Dayane dos Santos; COSTA, Áurea de Carvalho. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 112, p. 783-803, jul. 2021.
- GUIMARÃES, Roberto Lyrio Duarte. **A dramaturgia como ferramenta de análise fílmica**. 2011. 233 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: SOVIK, L. (Org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. pp.387-404.
- LESSMANN, Cleiton. **A educação sobre drogas “em cima da mesa”**: estado do conhecimento na área de ensino. 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- MACHADO, Letícia Vier; BOARINI, Maria Lúcia. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, p. 580-595, 2013.
- MENEGON, Érika Nogueira. **Imagens e narrativas midiáticas**: análise dos vídeos do YouTube. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013.
- ODIN, Roger. A linguagem cinematográfica como linguagem cotidiana. **Rumores**, v. 15, n. 30, p. 203-225, 2017.
- PEREIRA, Marcus Vinicius da Silva. **Produção e recepção de vídeos por estudantes de ensino médio**: estratégia de trabalho no laboratório de física. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- PORTO, Mauro. A pesquisa sobre a recepção e os efeitos da mídia: propondo um enfoque integrado. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. INTERCOM, Belo Horizonte, MG. **Anais...** 2-6, set. 2003.
- PRETTO, Nelson de Luca. **Uma escola sem/com futuro**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- PREUSSLER, Gustavo de Souza. Resenha - A nova segregação - Michelle Alexander. **Argumenta Revista Jurídica**, n. 29, p. 411-414, 2018.

REZENDE FILHO, Luiz Augusto Coimbra de; BASTOS, Wagner Gonçalves; PASTOR JUNIOR, Américo de Araújo.; PEREIRA, Marcus Vinícius; SÁ, Marcia Bastos de. Contribuições dos estudos de recepção audiovisual para a educação em ciências e saúde. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 8, n. 2, p. 143-161, 2015.

SANTOS NETO, Miguel Teixeira dos. **Avaliação das características dos programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas implantados nas escolas brasileiras**. 2016. 148 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Vanessa Silva. da. **Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica do texto da política**. 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SOUZA, Taciana Santos de; CALVETE, Cássio da Silva. História e formação do mercado das drogas. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. **Anais...** Niterói, 2017.

VANOYE, Francis; GOLLOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papirus, 2012.

Recebido em: *Julho/2024*.

Aprovado em: *Julho/2025*.